

O JOVEM NATURALISTA – Deleitar e instruir o leitor foi o mote inspirador deste periódico que apareceu em Lisboa no ano de **1840**, por iniciativa de uma suposta **Sociedade Propagadora de Utilidade e Recreio**. Teve como diretor **João Daniel de Sines**¹, que à data seria sargento-ajudante do Depósito de Praças Avulsas, e um liberal de têmpera, forjado nos campos de batalha, entre as hostes do «rei-soldado», D. Pedro IV.

A publicação teve uma existência fugaz e atribulada, firmada entre **Fevereiro e Julho**, que rendeu **16 números**, três por mês (dias 10, 20 e 30), e extinguiu-se sem antecipar despedidas ou esclarecimentos. Portanto, pouca matéria mas um testemunho curioso sobre um ensaio para lançar uma sociedade promotora de matriz similar à Sociedade de Propaganda e Conhecimentos Úteis e do seu jornal *O Panorama*², que, desde que fora lançado, em Maio de 1837, conhecia um crescente sucesso. Tudo indica que a dita sociedade não terá vingado por falta de acionistas. Mas João Daniel de Sines (J. D. de Sines), a quem estaria adstrita a tarefa de dirigir o periódico que estava associado ao projeto, não se terá dado imediatamente por vencido. Insistiu na publicação d’*O Jovem Naturalista (JN)*, mas muito desapoiado, se não mesmo por sua inteira conta e risco.

¹ João Daniel de Sines nasceu em Fevereiro de 1809, na vila que lhe emprestou o apelido, que de facto era Santos. Filho de uma família de parcos recursos, teve carreira eclesiástica, tendo frequentado o Seminário de Santarém, onde concluiu estudos preparatórios. Mas como não se sentiu vocacionado para a missão, procurou uma alternativa na carreira das armas. Assentou praça no regimento de Infantaria n.º 4, que a 21 de Agosto de 1831 se levantou contra o regime absolutista de D. Miguel. Esmagada a revolta, João Daniel de Sines, então furriel, foi preso e encarcerado no castelo de S. Jorge. Mão amiga livrou-o da alçada da justiça militar e do fuzilamento. Amnistiado, reingressou no exército e acabou por acompanhar tropas miguelistas que, em 1832, montaram cerco ao Porto. Decidiu desertar, atravessando a nado o rio Douro, e foi apresentar-se a D. Pedro, que o colocou no Regimento de Infantaria n.º 10. Bateu-se com coragem durante todo o cerco do Porto e, depois, até ao combate da Asseiceira, e D. Pedro IV condecorou-o com o hábito da Torre-e-Espada. Deu baixa do exército a 16 de Junho de 1840, era então sargento-ajudante do depósito de praças avulsas. Posteriormente dedicou-se ao magistério como diretor de um colégio. Provavelmente trata-se do «Novo Lyceu Preparatório», que foi anunciado no n.º 12, do *Jovem Naturalista* (30 de Maio). Em 1844, foi novamente perseguido, como liberal ultra progressista, e esteve encarcerado três anos na Torre de Belém. Durante esse tempo dedicou-se ao estudo das teorias do médico francês Francisco Vicente Raspail, através das quais prestou relevantes serviços durante a epidemia de cólera-morbo em 1856, e da febre-amarela em 1857, o que lhe valeu o epíteto de «Raspalhista. Também foi agraciado com a Comenda da Ordem de Cristo. Mas o sucesso da sua intervenção indispos os médicos contra ele, e foi levado a tribunal. Mas conseguiu ser absolvido, graças a uma brilhante defesa, que motivou uma grande manifestação popular no Largo da Boa-Hora, em 1851. No ano seguinte publicou um opúsculo com o título «Sessão do julgamento de João Daniel de Sines, acusado de curar por medicina sem habilitações legais», que teve grande circulação entre os seus admiradores. As suas convicções de grande liberal mantiveram inabaláveis, e nunca deixou de se bater com grande empenhamento os inimigos da liberdade, arriscando o corpo enquanto a idade lho permitiu e depois transportando as suas opiniões para a imprensa e para os comícios populares. Colaborou nos jornais *O Patriota* (1843-1853) e *O Português* (1853-1866) e deixou algumas obras, hoje muito raras. João Daniel de Sines faleceu em Lisboa a 19 de Abril de 1878.

² Acessível na Hemeroteca Digital.

A história da tentativa de edificar a Sociedade Propagadora de Utilidade e Recreio não é fácil de reconstituir a partir do *JN* e não se encontrou referências noutras fontes. Provavelmente, o projeto foi tornado público em finais de 1839, pois no n.º 2 do *JN*, de 20 de Fevereiro de 1840, em «Aos Srs. Assignantes», procura-se justificar o atraso verificado na saída do primeiro número: «Nós havíamos prometido começar com o primeiro no dia 10 de Janeiro; nam pode ser assim, e a causa d'isso os nosso leitores poderam coligir da fabula Calhandra, que deixamos transcrita em nossas columnas.» A dita causa pode sintetizar-se em falta de apoios prometidos, mas vale a pena ler a dita fabula e procurar-lhe o sentido. Logo, através de um folheto ou outro tipo de formato, foi feita uma divulgação prévia da Sociedade e do *JN*, com o fim de testar a recetividade do público e angariar financiamento.

A Sociedade apenas apareceu apresentada, com algum detalhe, no n.º 4, de 10 de Março. O seu «Programa» tinha por meta uma espécie de enciclopédia do «Portugal pintoresco» [sic], organizada por províncias, que seriam apresentadas através de mapas tipográficos, acompanhados de descrições das respetivas características naturais, e desenhos originais «das terras mais notáveis, suas particularidades, usos, trajes, e economias domesticas e ruraes». Concluído esse levantamento prometiam a edição de um «mappa especial ou corografico-politico». Os trabalhos centrar-se-iam primeiro no reino, depois passariam para os Açores e Ultramar.

No *JN* seria publicado, para os subscritores, no último número de cada mês, «o desenho d'uma terra ou cidade com os artigos correspondentes em separado. A estampa será gravada em cobre por artista habil; e o mesmo sera para os outros monumentos.» Não temos informação de que se tenha alguma vez concretizado. Como garantia acrescentavam: «Em hum dos primeiros números d'este jornal se hade publicar a copia fiel d'hum dos sitio de Lisboa, e por ella nossos leitores poderam ajuizar da exactidam do desenhador escolhido pela sociedade, para as competentes copias.» A promessa foi cumprida logo no número seguinte (5), com a gravura «Na Praia do Bom-successo».

A Sociedade Propagadora de Utilidade e Recreio voltou a aparecer no n.º 7, de 10 de Abril, através de uma reprodução *ipsis verbis* do «Aos Srs. Assignantes» anterior. No número seguinte (8), esclarece-se que o Programa da Sociedade se encontrava «pendente do impedimento d'hum dos membros da sociedade; removido este tomar-se-ham medidas enérgicas para esse fim.»³. E não constam mais informações sobre o assunto.

Quanto ao *JN*, e por comparação com *O Panorama*, apresenta, por um lado, um **perfil mais “popular” ou plebeu**, e, por outro lado, uma **natureza mais técnica e prática**. O seu público-alvo seria a família pequeno-burguesa, e valorizava especialmente os jovens, como de resto o título da publicação indica. Tanto quanto nos apercebemos o *JN* dependeu fundamentalmente do esforço de J. D. de Sines, embora quase sempre se dirija ao leitor fazendo uso da primeira pessoa do plural. Nessa sobrecarga de “trabalhos” encontrar-se-á

³ Cf. *O Jovem Naturalista*, n.º 8 (20 de Abril de 1840), p. 1.

talvez a explicação para a irregularidade da edição, a fraca qualidade redatorial e gráfica, as constantes “gralhas”, as constantes mudanças de tipografia, etc.

Materialmente, o *JN* tinha um formato próximo de *O Panorama*, com o mesmo número de páginas (8), mas como duas eram reservadas aos desenhos e gravuras (as centrais) e a qualidade do papel era má, o seu verso ficava inutilizado, pelo que apenas, dispunha, de 4 páginas para o texto. Este distribuía-se por duas colunas, separadas por um filete. Não possuía capas e praticava uma numeração fechada por número, ou seja, não foi concebido para uma encadernação futura, nem nunca fez semelhante sugestão aos leitores.

O **preçário**, em réis, encontra-se anunciado na última página do primeiro número e não sofreu alterações: ano – 1440; semestre – 760; trimestre – 400; mês – 200. A venda avulsa só aparece anunciada no segundo número, mas não é esclarecido o preço.

UM PROGRAMA “ANTI-ROMANTICO”

Logo no primeiro *número*, com, data de 10 de Fevereiro, J. D. de Sines procurou distinguir o *JN* «do alluviam dos periódicos da capital», pela sua oferta de **leitura não literária e apartidária**, o que não obstava a que, de forma contínua e mais ou menos camuflada, desenvolvesse uma doutrinação demoliberal, eivada de algum “misticismo”.

Em relação há opção não literária, não terá faltado quem o advertisse sobre o risco que corria, na medida em que contrariava a ideia corrente de que os «*Portuguezes só querem contos*». Mas o diretor do *JN* não estava convencido dessa preferência, considerava que não tinha fundamento: «E como se demonstra isso? Tem-se-lhes apresentado outra cousa para poder ajuizar-se da sua predilecção?... He o Jovem Naturalista, quem vae resolver o problema; e se formos nós os enganados, com a mesma franqueza e boa fé o declaremos.»

No outro elemento diferenciador do *JN*, o seu apartidarismo, revela-se, veladamente, o desencanto ou desilusão de J. D. de Sines em relação à estratégia de «conciliação» entre Setembristas e Cartistas, que ficara consubstanciada na Constituição de 1838: «Não nos atturde o vê-los declarar-se huns pela filosofia antiga outros pela moderna; para nós huma e outra tem [sic] os seus encantos, e seus prejuízos ambas; e, collocados em huma posição (talvez excentrica), nada do maravilhoso queremos, nada cremos do prodigioso; e só o verosímil faz nossas delicias!... » Para J. D. de Sines a classe política que dominava os partidos, particularmente os setembristas, havia esquecido ou arrumado na gaveta os ideais da «soberania popular», da liberdade e da igualdade jurídica, da construção comum do progresso. «Elles» batiam-se pelo poder, cuidavam dos seus interesses, pelo que segui-los, acompanhar as suas manobras, era perda de tempo: «Abalançados na lida vicissitudinária de beija-flor (...) dos nossos contemporâneos; jámais ordem, nunca estabilidade... assim elles por diversas sendas vam ter ao mesmo fim; e os leitores, acostumados assim à versatilidade por gosto e habito, soltam de quando em quando um riso efémero, e por fim nam ficamos mais instruídos».

A instrução era, pois, o caminho mais seguro para uma regeneração adiada, pelo que o *JN* entregava-se à tarefa de «dar ao curioso o útil e o deleitante; aos pais de família hum thesouro para doarem a seus filhos d' ambos os sexos; fonte, da qual possa beber o amor de pátria, o amor paterno e o da virtude, e o exemplo de boas acções; d'onde possam colher os meios de encaminhar o pensamento á rectidam, e ao conhecimento dos corpos que pisam, que os cercam, e que lhes supram-erram, e em fim ao gosto e comprehendam das bellas artes e sciencias. Tal he o desejo de quem quer roubar os nossos jovens ao mundo ideal e romântico, para conduzi-los ao mundo real.» Um dos alvos desta ação resgatadora do *JN* era certamente *O Panorama*, que se consagrou como incubadora do romantismo.

Para cultivar a aproximação dos jovens ao «real», o programa do *JN* centrava a sua atenção pelas seguintes matérias:

«**História**», começando por destacar a «Romana», mormente os episódios onde «refulja o amor de pátria e de virtude, o amor filial, paternal e conjugal», que se faria acompanhar por uma gravura;

«**História Natural**», desdobrada nos seus «três reinos», que inauguravam com a zoologia, também complementada com desenhos;

«**Desenho elementar geral de figura**», onde se propunham abordar os «princípios da perspectiva», a «teoria da luz», os «modos de reflectir no olho do observador», «os princípios gereraes de projecção das sombras», a cor e «finalmente hum imenso numero de problemas» relacionados com o desenho de paisagens, geral e de arquitetura – começariam pela figura;

«**Geometria pratica**, ensinada por meios gráficos e facilimos de comprehençam»;

«**Pintura**; duradoura; e a arte de fazer empregar vernizes, com a chymica correspondente»;

«**Cosmographia elementar**», que contemplava a Geografia, a Astrologia e a Meteorologia, que se faria acompanhar de problemas e de relações de vocabulário específico.

Completava-se com outras secções dedicadas de natureza mais literária e lúdica, como: «**Poesias originaes**»; «**Variedades recreativas**»; «**Traducção livre em verso das melhores fabulas de La-Fontaine**»; «**Hum artigo e figurino de modas no ultimo numero de cada mez**».

Na abordagem deste leque de matérias, J. D. de Sines prometia fazer uso de «methodos originaes» e, para maior rigor e atualização, «não pouparia esforços a consultar bons authores Francezes, Latinos e Italianos &c.». A única exceção seria o Desenho que seria regido por «considerações» próprias.

À parte algumas reproduções, a grande maioria dos desenhos publicados era da lavra de J. D. de Sines, em alguns deles é mesmo visível a sua assinatura. O tratamento litográfico era assegurado pela Oficina de Zieglier.

Rita Correia

Lisboa, Hemeroteca Municipal, 12 de Fevereiro de 2014.

Bibliografia:

Grande enciclopédia portuguesa e brasileira. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., 1978;

«*João Daniel de Sines. Medalha de Mérito Municipal*». Sines: Câmara Municipal de Sines. Gabinete da Presidência, 1995. Documento digitalizado em http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.sines.pt%2FPT%2FConcelho%2FPersonalidades%2Fmedalhasdemerito%2FDocuments%2FMM%252020%2520Jo%25C3%25A3o%2520Daniel%2520de%2520Sines.pdf&ei=hp77UozcO-SS7Qbh_4CACQ&usq=AFQjCNH3L8x6BzxeISYeIViJTVHMqQyolQ&bvm=bv.61190604,d.bGQ [Consultado em 7/02/2014]

SILVA, Inocencio Francisco da – Dicionário Bibliographico Portuguez. Lisboa: Imprensa Nacional, MDCCCLIX, Tomo Terceiro.